



PROCESSO	Protocolo SICCAU nº 1620733/2022
INTERESSADO	Plenário CAU/RS
ASSUNTO	Relatório conclusivo da Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino - CTQE-CAU/RS
DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPO/RS Nº 1614/2023	

Homologa o relatório conclusivo da Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino, criada pela DPO/RS nº 1434/2022 e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL – CAU/RS no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 29 do Regimento Interno do CAU/RS reunido ordinariamente na sede da Associação Comercial de Pelotas (Rua 7 de Setembro, 272 - Centro, Pelotas – RS) no dia 31 de março de 2023, após análise do assunto em epígrafe, Considerando o inciso IV do art. 34 da Lei 12.378/2010, o qual determina que compete aos CAUs “criar colegiados com finalidades e funções específicas”;

Considerando que compete ao Plenário do CAU/RS, conforme artigo 29 do Regimento Interno, “XV - apreciar e deliberar sobre instituição e composição de comissões temporárias, aprovando os seus objetivos, prazos e plano de ação e orçamento”;

Considerando que, conforme art. 125 do Regimento Interno do CAU/RS, “As comissões temporárias manifestam-se sobre os resultados de suas atividades mediante relatórios conclusivos dirigidos ao órgão proponente, apresentado ao final dos trabalhos, publicando-os no sítio eletrônico do CAU/RS”;

Considerando o estabelecido nos parágrafos do art. 135 do Regimento Interno do CAU/RS, sobre o prazo de funcionamento das comissões temporárias;

Considerando a Deliberação Plenária DPO/RS nº 1434/2021, que instituiu e compôs a Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino do CAU/RS (CTQE-CAU/RS).

DELIBEROU por:

1. Homologar, na forma do anexo desta deliberação, o relatório conclusivo apresentado pela Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino do CAU/RS, referente às atividades desenvolvidas no período de março de 2022 a fevereiro de 2023;
2. Encaminhar a presente deliberação à Secretaria Geral, para providências necessárias.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Com 16 (dezesesseis) votos favoráveis, das conselheiras Aline Pedroso da Croce, Andréa Larruscahim Hamilton Ilha, Evelise Jaime de Menezes, Gislaine Vargas Saibro, Ingrid Louise de Souza Dahm, Lídia Glacir Gomes Rodrigues, Orildes Três e Sílvia Monteiro Barakat e dos



conselheiros, Carlos Eduardo Iponema Costa, Carlos Eduardo Mesquita Pedone, Fábio Müller, Fausto Henrique Steffen, José Daniel Craidy Simões, Pedro Xavier De Araujo, Rafael Ártico e Rodrigo Spinelli e 04 (quatro) ausências, das conselheiras Magali Mingotti e Marcia Elizabeth Martins e dos conselheiros Emilio Merino Dominguez e Rinaldo Ferreira Barbosa.

Porto Alegre – RS, 31 de março de 2023.

TIAGO HOLZMANN DA SILVA

Presidente do CAU/RS

**142ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/RS****Votação da Deliberação Plenária DPO-RS nº 1614/2023 - Protocolo nº 1620733/2022**

Nome	Favorável	Contrário	Abstenção	Ausência
1. Aline Pedroso da Croce				
2. Andréa Larruscahim Hamilton Ilha				
3. Carlos Eduardo Iponema Costa				
4. Carlos Eduardo Mesquita Pedone				
5. Emilio Merino Dominguez	-	-	-	X
6. Evelise Jaime de Menezes				
7. Fábio Müller				
8. Fausto Henrique Steffen				
9. Gislaine Vargas Saibro				
10. Ingrid Louise de Souza Dahm				
11. Jose Daniel Craidy Simões				
12. Lídia Glacir Gomes Rodrigues				
13. Magali Mingotti	-	-	-	X
14. Márcia Elizabeth Martins	-	-	-	X
15. Orildes Tres				
16. Pedro Xavier de Araújo				
17. Rafael Ártico				
18. Rinaldo Ferreira Barbosa	-	-	-	X
19. Rodrigo Spinelli				
20. Silvia Monteiro Barakat				

Histórico da votação:**Plenária Ordinária nº 142****Data:** 31/03/2023**Matéria em votação:** DPO-RS 1614/2023 – Protocolo SICCAU nº 1620733/2022.**Resultado da votação:** Favoráveis (16) Ausências (04) Total (20)**Ocorrências:** Votos registrados com chamada nominal.**Secretária da Reunião:** Josiane Cristina Bernardi**Presidente da Reunião:** Tiago Holzmann da Silva

**ANEXO**

ASSUNTO	RELATÓRIO CONCLUSIVO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE QUALIDADE DO ENSINO CTQE-CAU/RS, INSTITUÍDA PELA DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPO/RS Nº 1434/2022 E PRORROGADA PELA DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPO/RS Nº 1487/2022.
---------	--

RELATÓRIO CONCLUSIVO**1. APRESENTAÇÃO**

A COMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE QUALIDADE DO ENSINO DO CAU/RS – CTQE-CAU/RS, foi instituída pela Deliberação Plenária DPO/RS nº 1434/2022, de 18/03/2022 e prorrogada pela Deliberação Plenária DPO/RS nº 1487/2022, de 29/07/2022, a partir da necessidade de se definir um espaço institucional adequado para discutir, especificamente, sobre a qualidade de ensino dos cursos de arquitetura e urbanismo do Rio Grande do Sul desde a ótica desse conselho profissional. O objetivo principal deste trabalho é criar indicadores de desempenho capazes de aferir a qualidade de ensino e formação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, estabelecendo parâmetros e procedimentos de análise desde Marco Teórico próprio, fundamentado em documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Instrumento de Avaliação de cursos de graduação – MEC e o Perfis e Padrões de qualidade da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, além da contribuição de docentes de Arquitetura e Urbanismo em instituições com cursos no estado do Rio Grande do Sul e o expertise dos integrantes da Comissão temporária de Qualidade no Ensino – conselheiros e convidados – todos com larga experiência no campo do ensino e formação de arquitetos e arquitetas e urbanistas.

1.1. Contexto Atual

O contexto atual do ensino superior no Brasil e, por certo, no Rio Grande do Sul, reflete uma expansão expressiva e vertiginosa dos cursos de arquitetura e urbanismo, não necessariamente bem distribuídos pelo território, resultado imediato de políticas implementadas pelos últimos governos brasileiros e da mercantilização do ensino. Somando-se a isso, observam-se mudanças cruciais que têm intensificado a precarização da educação, destacando-se os cortes de verba das Universidades Federais, domínio das instituições privadas para além de 70% dos cursos no Brasil, presença do ensino a distância e a ofensiva neoliberal enquanto instrumento balizador das políticas educacionais na contemporaneidade. Compreende-se, em suma, que o cenário atual impõe desafios expressivos à construção de uma educação superior que efetive a qualidade da formação profissional.

O CAU/RS, cumprindo a sua função precípua de pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da profissão e zelar pelo ensino e formação do arquiteto e urbanista, vem desenvolvendo um importante trabalho, em suas duas últimas gestões, atentando-se com profundidade aos temas relacionados à qualidade do ensino, mostrando-se sempre comprometido com a formação



adequada, com o exercício de um profissional capacitado, competente nas suas atribuições e ético na sua atuação, tudo em prol da segurança da profissão.

A gestão do CAU/RS 2021-2023, acompanhando o cenário atual do ensino de arquitetura e urbanismo do Rio Grande do Sul, identificou a necessidade de marcar um posicionamento mais objetivo e definido desde o Conselho, estudando e estabelecendo indicadores e critérios claros que possam aferir maior ou menor qualidade de ensino e formação pelos cursos no Rio Grande do Sul, a fim de corroborar com as instituições de ensino superior nas suas decisões político-institucionais. Para isso, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul criou, em 18/03/2022, por meio da Deliberação Plenária DPO/RS nº 1434/2022, Comissão Temporária para Desenvolvimento de Critérios para Classificação das IES, nome alterado, em 24/06/2022, para Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino - CTQE. O colegiado é composto por 3 (três) Conselheiros Titulares e por 2 (dois) convidados externos, docentes de arquitetura e urbanismo, identificados na sequência.

1.2. Integrantes da Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino:

- Coordenador – Conselheiro Titular do CAU/RS Arq. e Urb. FÁBIO MÜLLER. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Maria (1999), mestrado (2006) e doutorado (2011) em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Teoria, História e Crítica de Arquitetura. É professor adjunto e coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria de 2014 ao presente. Em sincronia, dedica-se à produção literária em Arquitetura e Urbanismo, tendo publicado textos de teoria, história e crítica, enquanto mecanismo de reflexão sobre o estado da arte da disciplina e a produção arquitetônica contemporânea. É conselheiro do CAU/RS, atuando nas Comissões de Ética e Disciplina, de Patrimônio Cultural e de Acervo.
- Conselheira Titular do CAU/RS Arq. e Urb. MÁRCIA ELIZABETH MARTINS, possui graduação em Arquitetura e urbanismo pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (1997), Especialista em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e Mestre em Educação no PPGEDU - Programa de Pós-graduação em Educação na ULBRA - Universidade Luterana do Brasil (2014). Desde janeiro 2018, Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - ULBRA Canoas. Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo ULBRA Canoas de agosto de 2020 até julho de 2022. Atua como arquiteta em projetos e execução de obras residenciais e comerciais. Integrou e presidiu o Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Canoas-RS (2010 - 2014). Presidente da SEACA - Associação de Engenheiros e Arquitetos de Canoas em 2003. Conselheira eleita no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS - Gestão 2018-2020 e Gestão 2021-2023, atuando nas Comissões de Ensino e Formação, de Patrimônio Cultural e de Acervo, e como Diretora do Centro de Memória do CAU/RS.
- Conselheiro Titular do CAU/RS Arq. e Urb. CARLOS EDUARDO MESQUITA PEDONE, possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Atualmente,



é professor titular da Universidade de Caxias do Sul, arquiteto conveniado junto à Caixa Econômica Federal e diretor da Royal Arquitetura Ltda. Tem experiência na área de Arquitetura, com ênfase em Projetos de Edificação, e na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Planos Habitacionais. É conselheiro do CAU/RS, atuando nas Comissões de Exercício Profissional e de Análise de Conduas de Conselheiros e Disciplina.

- Arq. e Urb. PAULO RICARDO BREGATTO, possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Luterana do Brasil (1988). Especialista em planejamento urbano e habitacional (Ulbra, 1989). Mestre em arquitetura (PROPAR/UFRGS, 1996). É professor no curso de arquitetura e urbanismo da PUC-RS (desde 1999). Desenvolve prática profissional privada no escritório BREGATTO Arquitetos (desde 1988), especializado em projetos de arquitetura e urbanismo. Foi conselheiro titular do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do RS (CAU-RS) por duas gestões (2012/2014 e 2018/2020). Foi membro da Comissão de Ensino e Formação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RS) por duas gestões (2012/2014 e 2018/2020). Foi membro do Conselho Diretor do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/RS) por diversas gestões. Foi professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Ulbra (1989/2019). Foi professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniRitter (1990/2013). É autor e coautor de livros e artigos na área da arquitetura e urbanismo.

- DANIEL PITTA FISCHMANN, possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995), Especialização pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (2000), Mestrado (2003) e Doutorado (2023) em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou como professor do UniRitter, onde foi Coordenador-Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo, e como professor da Escola Politécnica da PUCRS. Atualmente, é professor adjunto do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Assessoria:

- Melina Lai – Arquiteta e Urbanista – Analista Técnica do CAU/RS (março/2022 a maio/2022);
- Josiane Bernardi – Secretária Geral do CAU/RS (maio/2022 a dezembro/2022);
- Marina Proto – Arquiteta e Urbanista - Gerente de Atendimento do CAU/RS (maio/2022 a dezembro/2022);
- Letícia de Ávila Ourique – Assistente Administrativa (março/2022 a dezembro/2022).

1.3. Prerrogativas da Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino:

A Comissão teve por prerrogativas:



- CUMPRIR a função precípua legal do CAU de pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da profissão e zelar pelo ensino e formação do arquiteto e urbanista;
- FAZER CUMPRIR a visão estratégica do CAU de ser reconhecido como referência na defesa e fomento de um ensino e formação de qualidade em Arquitetura e Urbanismo, conciliando teoria e prática, academia e conselho profissional pelo exercício competente, ético e responsável da profissão;
- SUBSIDIAR as instituições de ensino superior e seus respectivos cursos de Arquitetura e Urbanismo, em toda a sua comunidade acadêmica, com princípios e parâmetros compreendidos pelo Conselho como estabelecadores de um ensino e formação consistentes, tanto nos aspectos didático-pedagógicos, propriamente, como infra estruturais e de pessoal, no intuito de balizar condições mínimas a serem ofertadas e desenvolvidas para alcançar a desejada qualidade de ensino e formação na área de Arquitetura e urbanismo na contemporaneidade.

1.4. Objetivos:

E, com base nas suas prerrogativas, a Comissão determinou seus OBJETIVOS:

- COMPREENDER o cenário atual do ensino de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, sua complexidade e seus desafios;
- PROMOVER um debate amplo e contínuo sobre a qualidade do ensino de arquitetura e urbanismo, considerando o contexto atual das instituições de ensino superior;
- DEFINIR, conceitualmente, o que é a qualidade do ensino de arquitetura e urbanismo desde a ótica do CAU/RS;
- CRIAR indicadores de desempenho capazes de aferir a qualidade dos cursos de arquitetura e urbanismo;
- OFERECER um suporte a gestores e professores na defesa de um curso de qualidade, fornecendo referências e parâmetros para isso.

Os trabalhos da Comissão foram desenvolvidos em 18 reuniões no período de 13/04/2022 a 15/03/2023. Destas, 13 reuniões foram realizadas em formato presencial e 5 em formato remoto. As reuniões iniciais, dos dias 13/04 e 18/05, foram para alinhar as prerrogativas da Comissão junto à Presidência do CAU/RS, definir objetivos principal e específicos, bem como planejar as ações necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

2. APROXIMAÇÃO

As primeiras ações da CTQE foram focadas em analisar referências internacionais em termos de ensino e formação em Arquitetura e Urbanismo, como a Carta da UNESCO e da União Internacional dos Arquitetos; buscar a aproximação de trabalhos de especialistas e estudiosos brasileiros, do grande campo da educação, no tema da qualidade do ensino; entender o que diz o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo em seu projeto de Acreditação de Cursos; e analisar os parâmetros utilizados pelo Ministério da Educação do Brasil para reconhecer e avaliar cursos de Arquitetura e Urbanismo no país, debruçando-se tanto sobre o documento,



atualmente, vigente, de caráter amplo e genérico – o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação –, assim como recuperando, analisando e reavaliando o célebre ‘Perfis e Padrões de Qualidade’, construído a década de 1990 por Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, então, constituída pelo Ministério da Educação.

2.1. Análise e discussão sobre a CARTA PARA A EDUCAÇÃO DOS ARQUITETOS - UNESCO/UIA

Na segunda reunião da Comissão, realizada em 18/05/2022, analisou-se, minuciosamente, a CARTA PARA A EDUCAÇÃO DOS ARQUITETOS - UNESCO/UIA. Desta análise, depreende-se o que se coloca de ora em diante.

A CARTA PARA A EDUCAÇÃO DOS ARQUITETOS, aprovada em Tóquio em 2011, por ser um documento internacional, apresenta princípios generalistas que servem para diversas circunstâncias culturais e estruturais. Apesar disso, entendeu-se com uma importante manifestação sobre a formação da arquitetura e urbanismo, que necessita estar presente no radar da Comissão para o estabelecimento dos futuros indicadores. A carta reforça aspectos relevantes da educação do arquiteto e urbanista como a formação teórico-prático generalista e a importância de atuação com equilíbrio sustentável, respeitando as condições culturais e os aspectos locais. Sugere a criação de uma rede global de educação em arquitetura e urbanismo com princípios basilares nos currículos, para que os profissionais possam obter um reconhecimento dos seus diplomas de uma maneira facilitada entre países e, a partir daí, possam alcançar, com maior facilidade, um exercício profissional internacional.

Em suas considerações gerais, a carta destaca que os educadores devem preparar os arquitetos para desenvolver soluções inovadoras, haja vista à degradação social e funcional em muitos assentamentos humanos. Menciona que a arquitetura deve ser produzida de modo a integrar-se harmoniosamente com o meio ambiente e com o patrimônio cultural, respeitando as paisagens naturais urbanas. Sugere que os cursos desenvolvam a compreensão das características regionais, de modo a traduzir as necessidades e expectativas das comunidades. Recomenda que os métodos de aprendizagem sejam diversificados para uma formação com riqueza cultural, mantendo-se atenção sobre as motivações políticas e financeiras por trás de tais mudanças. Fala sobre a importância de um sistema de formação continuada e sobre um ensino que dê atenção ao patrimônio arquitetônico.

A carta informa que os principais objetivos da formação em arquitetura e urbanismo são conceber, projetar, entender e realizar o ato da construção; manter o equilíbrio entre teoria e prática; criar conhecimento adequado da história e das teorias; criar competência para projetar uma arquitetura que satisfaça as exigências estéticas, funcionais e requisitos técnicos; criar conhecimento das artes plásticas, urbanismo, planejamento urbano e processo de planejamento; proporcionar a compreensão da relação entre homem, espaço e seu entorno; prover a compreensão da profissão de arquiteto e seu papel social; compreender os métodos de investigação e diretrizes para concepção do projeto.

Quanto às habilidades esperadas para um profissional formado, a carta destaca a capacidade do trabalho colaborativo com outros arquitetos e em equipes interdisciplinares, sobre a capacidade



de agir e de comunicar suas ideias, através da fala, da escrita, do desenho manual, da representação gráfica e de modelagem para explorar uma proposta de projeto.

Encaminhando-se para o final, a carta reitera os cinco anos como tempo de integralização ideal do curso arquitetura e urbanismo e recomenda de dois a três anos de experiência prática/treinamento/estágio, antes do registro para a prática profissional.

Condiciona, por fim, alguns requisitos mínimos para uma formação de qualidade como: infraestrutura adequada dispondo de ateliês, laboratórios, instalações para pesquisa, bibliotecas, espaços para avanços em novas tecnologias; intercâmbio de professores e alunos; diálogo direto entre professor e aluno; desenho convencional como uma exigência de formação; presença de professores pesquisadores com publicações efetivados; criação de um sistema de auto avaliação, realizada em intervalos regulares; e bancas de graduação interdisciplinares, incluindo examinadores externos.

2.2. Conversa com o Conselheiro do CAU/RS Juan José Mascaró, avaliador do INEP –MEC

Na mesma reunião do dia 18/05/2022, a Comissão recebeu o Conselheiro do CAU/RS Juan José Mascaró para colaborar com os trabalhos, trazendo a sua experiência como avaliador do INEP-MEC, cotejando o que o MEC entende como qualidade do ensino. O Conselheiro começou a sua fala informando que o MEC trabalha na avaliação dos cursos tanto para autorização como para reconhecimento em 03 dimensões: Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura.

Sobre a dimensão Didático-Pedagógica menciona que esta é a mais subjetiva e complexa para o avaliador, pois avalia, em geral, os PPC – Projetos Pedagógicos dos Cursos –, os quais podem não traduzir, efetivamente, o curso na prática. Neste ponto, atentam-se, especialmente, às matrizes curriculares e às cargas horárias.

Quanto a segunda dimensão, intitulada Corpo Docente, o Conselheiro destacou que os avaliadores analisam todos os professores contratados pelo curso, a fim de constatar se pelo menos 50% deles é formado em arquitetura e urbanismo. É analisada, também, a experiência profissional do corpo docente em sua área de atuação. Experiência esta, comprovada, substancialmente, pelo número de Registros de Responsabilidade Técnico - RRTs emitidos por eles. É quantificado, ainda, o número de docentes que possuem regime de contratação em tempo integral, de forma que quanto maior o número de contratados por tempo integral, maior será a pontuação do curso. Do mesmo modo, ainda dentro dessa dimensão, são realizadas entrevistas obrigatórias com coordenadores de curso, a fim de apurar questões específicas quanto à elaboração e aplicação do PPC.

A terceira e última dimensão é a Infraestrutura. Considerou o Conselheiro como a dimensão mais segura de avaliar, em razão da sua objetividade. Dentro dos itens a serem analisados estão: as salas de aula, a acessibilidade dos ambientes, a presença de equipamentos multimídia, de



laboratórios específicos e gerais, de bibliotecas, de ateliês, de salas de professores e de salas específicas para que o coordenador de curso consiga atender os alunos.

2.3. Análise e discussão sobre o Instrumento de avaliação de cursos de graduação - MEC

Seguindo os trabalhos da Comissão, já na sua 3ª reunião, iniciou-se uma análise breve do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC. Corroborando com o depoimento do Conselheiro e avaliador Juan José Mascaró, ratificou-se que o formulário é dividido em 3 grandes dimensões (didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura), que cada indicador possui um intervalo de nota de 1 a 5 e que o resultado final da avaliação será dado em pontos, de modo que os cursos que não atingirem 3 pontos, precisarão ser reconfigurados e, também, reavaliados. Os cursos que tiverem entre 3 e 5 pontos serão reconhecidos.

Constatou-se que as características regionais e de inovação corroboram para uma nota maior nos indicadores relacionados à dimensão didático-pedagógica. Dentre os indicadores dessa dimensão, identificou-se: Políticas institucionais no âmbito do curso; Objetivos do curso; Perfil profissional do egresso; Estrutura curricular; Conteúdos curriculares; Metodologia; Estágio curricular supervisionado; Atividades complementares; Trabalho de conclusão de curso – TCC; Apoio ao discente; Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa; Tutorias; Tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem; Ambiente virtual de aprendizagem (AVA); Material didático (cursos presenciais não se aplica); e Oferta de vagas.

Com relação a dimensão corpo docente, identificou-se os seguintes indicadores: núcleo docente estruturante (NDE); equipe multidisciplinar; atuação do coordenador; regime de trabalho do coordenador; titulação do corpo docente; regime de trabalho dos professores; experiência profissional do docente; experiência no exercício da docência na educação a distância (cursos presenciais não se aplica); produção científica, cultural, artística e tecnológica.

Por fim, finalizando o estudo das 3 dimensões, analisou-se os indicadores da dimensão infraestrutura, quais sejam: espaço de trabalho para docentes em tempo integral; espaço de trabalho para o coordenador; sala coletiva de professores; salas de aula; acessos a alunos a equipamentos de informática; acervo, bibliografia básica e bibliografia complementar; laboratório de qualificação básica; e ambiente profissionais vinculados ao curso (empresas júnior e escritórios modelos).

2.4. Análise e discussão sobre os Perfis e Padrões de qualidade da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo;

Ainda na 3ª reunião, a Comissão analisou os Perfis e Padrões de qualidade da Comissão de Especialistas do MEC - CEAU, documento da década de 90, que transcende o seu tempo e se mostra atual em muitos aspectos. Os perfis da área e os padrões de qualidade foram utilizados, por muitos anos pelo Ministério da Educação, como base e referência na análise dos pedidos de autorização para abertura de novos cursos Arquitetura e Urbanismo, de reconhecimento



daqueles que estavam em implantação e de verificação periódica dos que já se encontravam em funcionamento.

O documento, em seu princípio, buscou contextualizar e refletir sobre a problemática educacional na área. Naquela época, a Comissão de especialistas já se mostrava preocupada com o “barateamento” e com a “mercantilização” dos cursos, fatores que poderiam comprometer a essência do ensino de arquitetura e urbanismo. Informou que a CEAU procurava apoiar, junto ao MEC, os Cursos que estavam reunindo esforços para adequar seus laboratórios, bibliotecas e à educação continuada de professores, especialmente nas áreas de informática, conforto ambiental, tecnologia da construção e do urbanismo, e técnicas retrospectivas. Constatou que o curso de Arquitetura e Urbanismo estava apresentando demanda expressiva e crescente no vestibular e que, em 1994, o país possuía um total de 73 cursos de arquitetura e urbanismo. Afirmou que o fenômeno do barateamento dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo era evidente, uma vez que os cursos já apresentavam carência de espaços adequados ao trabalho de professores e alunos, ausência ou insuficiência de equipamentos básicos, currículos extensos e falta de capacitação de professores. Destacou que um dos maiores problemas no quadro do ensino de Arquitetura e Urbanismo da época era *“a dissociação existente entre ensino de projeto e o ensino da arte de construir.”* Enfatizou que algumas matérias do Currículo não deveriam ter seus conteúdos ministrados sem práticas experimentais associadas, demonstrando uma preocupação com a evidente redução das atividades práticas curriculares.

No item Perfis da Área, a Comissão de Especialistas procurou enfatizar que a natureza da profissão do Arquiteto e Urbanista é generalista, com habilitação única e de caráter nacional. Fez destaque sobre a imprescindibilidade de que a atividade profissional seja regulamentada, pois pode oferecer riscos à saúde, ao bem-estar, à segurança ou aos interesses patrimoniais da população. Enfatizou que *“a essência da lei de regulamentação das atividades e atribuições profissionais é evitar que um determinado tipo de prestação de serviços possa oferecer riscos à população.”*

Quanto ao item Padrões de Qualidade, a Comissão de Especialistas determinou alguns requisitos básicos para abertura de novos cursos e para o funcionamento dos existentes. Lista-se abaixo os itens destacados pela CEAU:

2.4.1. Recursos Materiais

- 2.4.1.1. Biblioteca - Acervo atualizado de no mínimo 3.000 títulos de arquitetura e urbanismo;
- 2.4.1.2. Laboratórios - de Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo, de Conforto Ambiental, de Tecnologia da Construção e de Fotografia, Vídeo e Audiovisual;
- 2.4.1.3. Salas de Projeto (atelier);
- 2.4.1.4. Oficina de Maquetes e Laboratório de Modelos;
- 2.4.1.5. Salas para aulas teóricas;
- 2.4.1.6. Auditório e Sala de Projeção;
- 2.4.1.7. Equipamentos para topografia, com o uso de recursos de aerofotogrametria e fotointerpretação.

**2.4.2. Corpo Docente**

- 2.4.2.1. Relação Professor/Aluno – 1/30 em aulas teóricas e 1/15 em aulas práticas e de projeto;
- 2.4.2.2. Educação continuada para os docentes;
- 2.4.2.3. Titulação dos professores;
- 2.4.2.4. Plano de Carreira de Professores capazes de permitir a sua permanência na Instituição de Ensino;
- 2.4.2.5. Distribuição dos professores por disciplinas em conformidade com suas qualificações.

2.4.3. Currículo Pleno

- 2.4.3.1. As Diretrizes Curriculares devem ser metodologicamente trabalhadas sob a forma de atividades, disciplinas, seminários, visitas e outras formas de implementação curricular;
- 2.4.3.2. A dinâmica do processo de ensino-aprendizagem requer a utilização de múltiplas formas de apropriação do conhecimento, e não se limita à oferta de disciplinas ministradas na sala de aula;
- 2.4.3.3. Estimular as atividades de pesquisa e extensão e a criatividade;
- 2.4.3.4. As matérias profissionais constituem conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais, de acordo com a regulamentação da profissão de arquiteto e urbanista;
- 2.4.3.5. O Trabalho Final de Graduação constitui atividade avaliativa das condições de qualificação para o exercício profissional.
- 2.4.3.6. As visitas a obras fundamentais, a cidades e regiões e a conjuntos de arquitetura e urbanismo de caráter exemplar ou inovador, integram as diretrizes curriculares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

2.4.4. Atividades de Pesquisa e Extensão

- 2.4.4.1. Escritórios modelo de projeto de arquitetura e urbanismo;
- 2.4.4.2. Canteiro de obras de arquitetura e urbanismo;
- 2.4.4.3. Núcleos ou laboratórios de habitação.

Quanto ao item sobre o Trabalho Final de Graduação, a Comissão de Especialistas percorreu mais detalhadamente, determinando que o TFG deveria ser realizado individualmente pelos alunos em fase de conclusão do curso de Graduação e que estes contariam com a orientação de um professor arquiteto e urbanista obrigatoriamente. Sobre a banca de avaliação do trabalho, determinou que ela tivesse a participação de um profissional externo à Instituição de Ensino.

2.5. Conversa com integrantes da equipe do projeto “Indicadores de Qualidade para a Educação Superior Brasileira”, com participação das professoras e pesquisadoras Cleoni Barbosa Fernandes (UFPEL) e Maria Isabel da Cunha (UNISINOS);

Dando continuidade aos trabalhos, em sua 4ª reunião, realizada no dia 01/06/2022, a Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino recebeu as professoras e pesquisadoras especialistas em pedagogia e educação:



- - Cleoni Barboza Fernandes, graduada em Pedagogia pela UCPel (1973) e doutora em Educação pela UFRGS (1999); e
- - Maria Isabel da Cunha, graduada em ciências Sociais pela Universidade Católica de Pelotas (1968) e em Pedagogia pela Universidade Católica de Pelotas (1974), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1979) e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988).

A professora e pesquisadora Cleoni Fernandes informou, logo no princípio de sua fala, que o seu trabalho possui enfoque na qualidade do ensino sob o ponto de vista da justiça social e sobre a visão histórica e antropológica da palavra. Introduziu o seu relato citando o jurista, educador e escritor Anísio Teixeira, o qual afirmava que *“Só teremos democracia quando estruturarmos a ferramenta de formação da democracia: o ensino público.”* A professora procurou contextualizar com o momento atual do país, citando o retrocesso, a desqualificação da política, o negacionismo científico e o desmonte da estrutura ética das profissões. Afirmou que devemos construir com o aluno um conhecimento novo, sempre dentro da realidade socioeconômico e cultural. Questionou-se quais os dispositivos que temos que nos preocupar nesse momento, quando falamos em qualidade do ensino e educação. Citou, especialmente, a ferramenta de tecnologia da informação como mediação. Afirmou que devemos fortalecer o sentimento de pertencimento de uma categoria social, eliminando alguns preconceitos, com a possibilidade de contribuir para uma reorganização curricular. Questionou-se sobre o compromisso social das instituições de ensino com a sociedade da qual somos sócios. A professora Cleoni conclui sua fala sugerindo as seguintes dimensões:

- **Dimensão Epistemológica** – fomento e construção de uma epistemologia da prática com sólida base científica;
- **Dimensão Socioeconômico e Cultural** – análise da realidade em que estão situadas as instituições de ensino;
- **Dimensão Institucional e Profissional** – formação continuada como fator de qualificação de professores.

A professora Maria Isabel da Cunha iniciou sua fala conceituando indicadores como perspectivas universais aplicadas a contextos locais, sugerindo que os indicadores de qualidade a serem formulados pelo CAU/RS sejam generalistas, mas aplicáveis a uma realidade local, um determinado tempo e espaço, considerando a história, os valores e os compromissos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

A professora apresentou uma pesquisa realizada em 2014 com cerca de 1000 docentes de cursos de graduação, respondida, efetivamente, por um pouco menos da metade deles, a qual tinha como principal questionamento o seguinte: *“Como olhar a qualidade do ensino de graduação.”* Definiu qualidade como um conceito multidimensional, incorporando as dimensões éticas, estética e axiológica. Enfatizou que avaliar é atribuir valor e que a qualidade é auto referenciada, atribuída a um sujeito ou a uma comunidade, de acordo com seus padrões e valores. Defendeu que a graduação deve continuar trabalhando na formação de um profissional generalista e não especialista. Enfatizou que a qualidade do ensino de graduação pressupõe a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Afirmou que há uma nebulosidade conceitual na gestão e nas políticas institucionais que podem gerar diferentes indicadores de qualidade.



Em seu trabalho, especificou indicadores de qualidade referenciados em produtos e em processos. Para os indicadores de qualidade referenciada em produto, sugeriu a seguinte divisão:

- **Qualidade da Instituição** – Infraestrutura, Laboratórios, bibliotecas, assunção de processos representativos na administração universitária e projeto institucional orientador das ações acadêmicas;
- **Qualidade do Corpo Docente** – titulação compatível, programas de formação continuada e desenvolvimento profissional, carreira e progressão estruturada e regime de trabalho;
- **Qualidade do Corpo Discente** – condições de apoio aos estudantes, programas de inserção na vida acadêmica, programas de intercâmbio, de iniciação científica, de inserção de social e de ação cultural.

Para os indicadores de qualidade referenciada em processo, sugeriu a seguinte divisão:

- **Qualidade do Currículo** – currículos inovadores, explicitação do eixo teoria-prática de forma articulada, articulação do ensino com a pesquisa e a oferta de atividades curriculares optativas que ampliem a base cultural;
- **Práticas Pedagógicas** – presença de práticas participativas que estimulem a autonomia dos estudantes, valorização de atividades autônomas, familiarização com as linguagens tecnológicas, flexibilização dos tempos/lugares da formação estimulando o contato com o mundo e o estímulo à produção científica integradora;
- **Avaliação** – estímulo a avaliação compreensiva, uso de diferentes processos e múltiplos tempos na aferição da aprendizagem, privilégio de aprendizagens complexas sobre a memorização e valorização da autoria e autonomia do estudante.

Maria Isabel encerrou sua fala enfatizando que o foco da análise não deve ser no sujeito, ou seja, a avaliação dos estudantes ou dos professores, mas, sim, focada nos processos e nos seus resultados. Afirmou, ainda, que os indicadores devem ser legitimados pelas condições sócio-econômicas e políticas de cada contexto.

3. APROPRIAÇÕES

3.1. Elaborar e aplicar formulário de pesquisa junto aos docentes de arquitetura e urbanismo do RS para recolher percepções sobre indicadores que repercutem numa formação de qualidade;

Após o trabalho de aproximação e busca de referências, nos três meses seguintes, a Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino avaliou pertinente democratizar e ampliar as percepções a respeito de indicadores de qualidade no ensino e formação em Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, decidiu por estruturar um questionário a ser aplicado aos docentes de arquitetura e urbanismo do Rio Grande do Sul com o objetivo principal de identificar, sob o ponto de vista dos professores, os indicadores basilares que mais repercutem numa formação consistente, responsável e transformadora em arquitetura e urbanismo. O questionário foi enviado para cerca



de 600 docentes através da rede de contatos disponível no banco e dados de endereços virtuais do CAU/RS. Obteve-se 139 respostas. Anexo a este relatório, estão a íntegra do formulário de pesquisa, bem como a totalidade das respostas obtidas.

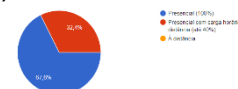
3.1.1. Principais resultados da pesquisa:

No início da pesquisa, a Comissão buscou identificar o perfil dos respondentes, ao que obteve, em resumo, o seguinte:

- 54% dos respondentes é do gênero masculino;
- 30,2% possui idade entre 41 e 50 anos, 25,2% de 51 a 60 anos, 17,30% acima de 61 anos e os demais possuem menos de 40 anos de idade;
- 92,1% possui formação em arquitetura e urbanismo;
- 57,6% dos respondentes possui mestrado e 41% doutorado;
- 56,1% dos respondentes possui acima de 21 anos de formado;
- 32,4% possui acima de 21 anos de tempo de docência, 26,6% de 6 a 10 anos, 19,4% de 11 a 15 anos, 12,2% de 1 a 5 anos e 9,4% de 16 e 20 de experiência docente; e
- 56% dos docentes afirmou possuir experiência na gestão acadêmica.

Sobre a estrutura do curso, em suma, obteve-se o seguinte:

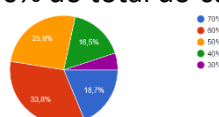
- Perguntados sobre a carga horária que consideram adequada para o curso de arquitetura e urbanismo, 28,1% respondeu entre 3600 a 3800 horas e 25,9% considerou adequado entre 4000 e 4200 horas;
- Sobre a modalidade de ensino, 67,6% manifestou a preferência pelo curso exclusivamente presencial e 32,4% dos professores optou pela modalidade presencial com 40% à distância. A modalidade à distância não teve nenhum voto;



- No quesito relação numérica de professor/aluno, 71,9% dos respondentes considerou adequado uma relação de 1:30 para as disciplinas teóricas e 66,9% considerou adequado uma relação de 1:15 para as disciplinas práticas;
- 93,4% dos respondentes entende que a coordenação de curso deve ser feita por um profissional arquiteto e urbanista;
- 84,7% entende como muito importante a existência e atuação do NDE - Núcleo Docente Estruturante.

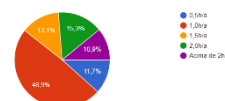
Sobre os componentes curriculares, destaca-se os principais pontos:

- Perguntados sobre o percentual mínimo de carga horária que consideram adequado para o ensino de projeto, 33,8% dos respondentes crê que 60% da carga horária total do curso deveria ser voltada ao ensino de projeto (Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo). 18,7% entende que o ideal seria destinar 70% do total do curso para estas áreas de ensino;

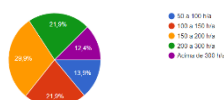




- Quanto ao Trabalho Final de Graduação, 73% dos respondentes entende que o TFG deve ser realizado, exclusivamente, no último ano de curso;
- 90,5% dos respondentes entende que a orientação do TFG deve ser feita por docente Arquiteto e Urbanista;
- 37,2% dos respondentes crê que o número máximo de orientações de TFG que um docente pode ter em um semestre é 3 a 4. 24,8% entende que este número pode ser um pouco maior, ou seja, de 5 a 6 orientações por semestre;
- Quanto a carga horária semanal de orientação por aluno, 48,9% respondeu que 1h/aula por aluno seria a adequada. As outras opções disponíveis tiveram quantidade de votos equivalentes;



- Quanto ao estágio supervisionado, a maioria dos respondentes (54%) entendeu que o período ideal para a realização do estágio é a partir do 3º ano de curso;
- Ainda sobre o tema de estágios, 79,6% entendeu que a formação em arquitetura e urbanismo é fundamental para supervisor de estágio na área;
- Perguntados sobre a carga horária adequada total de estágio obrigatório, obteve-se o seguinte gráfico:



Sobre o corpo docente, em suma, obteve-se o seguinte:

- Perguntados sobre o regime de trabalho que consideram adequado, obteve-se um empate nas respostas dominantes, de modo que 36% entendeu que o regime de trabalho adequado é o parcial e 36% optou por responder que o regime ideal é o integral;
- Quanto a titulação, 50,4% respondeu que a titulação preferencial seria o mestrado e 46% optou pelo doutorado;
- 65,5% entendeu que a experiência profissional na área de atuação docente é muito importante;
- 73% entendeu como muito necessária a existência de uma Sala de Coordenação de Curso para atendimento dos discentes;
- 89,9% dos respondentes entendeu que a existência de um Plano de Carreira para os docentes é muito importante;
- 62,6% considerou muito importante que a instituição de ensino disponibilize um suporte psicológico ao docente;
- 87% considerou muito importante que haja um suporte ao docente para participações em eventos científicos.

Sobre o corpo discente, obteve-se o seguinte:

- 64% dos respondentes considerou muito importante que a instituição de ensino disponibilize uma assistência estudantil para alimentação, moradia, financiamento estudantil, entre outros;



- 71,2% considerou muito importante que haja um apoio da instituição para participações de discentes em eventos científicos;
- 71,9% entendeu como muito importante a existência de planos de monitorias voluntárias ou remuneradas.

Quanto a infraestrutura, obteve-se o seguinte:

- 92,1% dos respondentes entendeu como muito importante a presença de salas ateliês de ensino nos cursos arquitetura e urbanismo;
- 70,5% afirmou ser muito importante a existência dos laboratórios de modelos e maquetes;
- 72,7% se colocou a favor dos Laboratório de Sustentabilidade, Eficiência e Conforto;
- 71,9% se manifestou a favor da existência Laboratório de Estrutura e Tecnologia da Construção/Canteiro Experimental;
- Quanto à existência de escritórios modelos, 64% afirmou considerar muito importante.

4. PROPOSIÇÕES

De posse dos dados obtidos através da pesquisa e em análise conjunta, detida e extensa dos resultados, a Comissão encaminhou a consolidação de uma proposta de estrutura de aferição da qualidade de cursos de Arquitetura e urbanismo desde a ótica do Conselho, consolidando dados pela conciliação de suas próprias considerações com o que apontou a pesquisa.

Isto estabeleceu a matriz apresentada a seguir, em sete dimensões e indicadores atinentes, compreendida como base de um futuro Marco Teórico, onde deverá constar, com maior detalhamento, a caracterização e mensuração desses indicadores para, através de seu desempenho, a aferição da qualidade geral e particular dos cursos do RS, revelando suas potencialidades e fragilidades.

4.1. Dimensões e indicadores de qualidade do ensino em arquitetura e urbanismo sugeridos pela CTQE

DIMENSÃO 1 – INSTITUCIONAL

O principal objetivo dessa dimensão é conhecer o curso de arquitetura e urbanismo em análise, suas especificidades, características gerais e regionais, contexto e inserção social. Reconhecer os esforços que o curso está fazendo perante a comunidade, bem como mensurar a amplitude de sua responsabilidade social. Além disso, a dimensão pretende identificar o perfil do egresso e seus desdobramentos.

- Histórico, contexto e inserção do curso
- Ações afirmativas e de inclusão
- Avaliação Institucional
- Comunicação com os estudantes
- Acompanhamento de egressos
- Mapeamento da evasão
- Interdisciplinaridade



- Internacionalização
- Intercâmbios

'DIMENSÃO 2 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Nesta dimensão, a intenção é aferir o ensino e formação, propriamente, aspectos estruturais e metodológicos, carga horária, modalidade, atenção e acesso ao professor. Este será o espaço de aferição de qualidade das grandes áreas de formação, bem como a sua vinculação com a atuação profissional. Engloba, também, o TFG – Trabalho Final de Graduação, a fim de verificar o quanto a estrutura do curso capacita e habilita o aluno para o exercício profissional. Envolve, ainda, o estágio supervisionado como atividade complementar à formação do estudante.

- Carga Horária do Curso
- Modalidade do Curso
- Relação Numérica Aluno / Professor
- Existência e Atuação do NDE - Núcleo Docente Estruturante
- Ensino de Projeto (Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo)
- Ensino de Expressão Gráfica e Representação
- Teoria, História e Crítica
- Materiais, Estruturas e Tecnologias
- Sustentabilidade, Eficiência e Conforto Ambiental
- Acessibilidade e Desenho Universal
- Ética e Legislação Profissional
- Trabalho Final de Graduação
- Estágio Supervisionado
- Atividades Complementares de Graduação

DIMENSÃO 3 – PESQUISA E EXTENSÃO

O Ensino Superior Universitário é composto pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesta dimensão, pretende-se identificar a repercussão social da Universidade, analisando a relação dialógica das instituições de ensino com a sociedade. Entende-se a pesquisa e extensão como um espaço de produção de conhecimento e de prática em que o aluno aprende com a realidade, evitando-se, com isso, uma formação teórica e 'conteudista'. Pretende-se aferir, também, possíveis sobreposições que podem estar ocorrendo entre a atividade de extensão com as atividades de exercício profissional.

- Projetos de Pesquisa
- Extensão Curricular e Extracurricular
- Produção Científica
- Bolsas para Pesquisa e Extensão
- Relação da Pesquisa e Extensão com o Ensino
- Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU)

**DIMENSÃO 4 – CORPO DOCENTE**

Esta dimensão tem como principal objetivo a análise das condições adequadas de trabalho dos docentes, de modo que a eles sejam ofertadas as devidas condições de dedicação qualificada ao ensino, pesquisa e extensão, a partir de suas referências, com a correta remuneração, possibilidade de progressão, atenção à saúde, regime de trabalho, qualificação e capacitação contínua. Abarca, também, a amplitude de dedicação e comprometimento do professor para que ele esteja atento a todas as ações que envolvem o ensino.

- Titulação
- Regime de Trabalho
- Plano de Carreira
- Experiência Profissional e Acadêmica na Área de Atuação
- Formação e Regime de Trabalho do Coordenador de Curso
- Saúde do Docente
- Suporte Institucional para a Qualificação Pedagógica
- Suporte para Participação em Eventos Científicos
- Suporte para Aquisição de Equipamentos

DIMENSÃO 5 – CORPO DISCENTE

Esta dimensão procura compreender as condições ofertadas aos discentes para que eles se desenvolvam, adequadamente, no período de formação, tanto em termos de vivência integral da Instituição de Ensino e das inter-relações que deve oportunizar esse âmbito de ensino, como, também, quanto à participação nos espaços políticos institucionais, com possibilidades de intervenção nas tomadas de decisão.

- Nivelamento e Reforço
- Assistência Estudantil
- Saúde do Discente
- Subsídios para Aquisição de Materiais e Equipamentos
- Suporte para Participação em Eventos Científicos
- Monitorias
- Organização e Representação Estudantil

DIMENSÃO 6 – INFRAESTRUTURA

Esta dimensão envolve aspectos das condições físicas, espaços e materialidade para o ensino e formação nas grandes áreas de atuação para que as atividades aconteçam devidamente, desde o ensino de projeto, suporte pedagógico, atividade práticas em laboratório e demais vivências. A dimensão procura entender, ainda, a relação direta entre o projeto pedagógico e a espacialidade, bem como procura fazer a marcação da relevância de se ter uma biblioteca e referências a partir de autores e títulos atualizados e influentes, tipo de conhecimento referendado importante na formação e atuação do arquiteto e urbanista.



- Sala para Docentes
- Sala de Coordenação de Curso
- Ateliê de Projeto
- Laboratório de Modelos e Maquetes
- Laboratório de Prototipagem e Impressão 3D
- Laboratório de Sustentabilidade, Eficiência e Conforto
- Laboratório de Estrutura e Tecnologia da Construção
- Canteiro Experimental
- Laboratório de Informática aplicada à Arquitetura
- Laboratório de Teoria e História/Acervos
- Biblioteca de Títulos da Área
- Suporte Técnico Laboratorial

DIMENSÃO 7 – SUPLEMENTAR

Na sétima e última dimensão, a Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino buscou reunir alguns outros aspectos vinculados que devem ser considerados, tais como vivências, adequações e adaptações à contemporaneidade, inovações tecnológicas, destaques, premiações, reconhecimento e visibilidade social, os quais são julgados necessários e influentes a um ensino e formação de qualidade, mas não encontraram guarida nas dimensões anteriores. Devem ser considerados aspectos como mudanças comportamentais dos profissionais em razão das experiências e vivências inovadoras ofertadas pelas instituições de ensino.

- Inovações e Destaques
- Viagens de Estudo
- Visitas *in loco*
- Relação Graduação/Pós-Graduação
- Uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
- Premiações
- Atividades Culturais

4.2. Projeto Especial de Qualidade de Ensino nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul

Entendendo, ao cabo, essa Comissão, de que o trabalho ainda carece de avanços, em desdobramentos e detalhamentos, a partir de maiores reflexões advindas de maturação analítica detida em conjunto, com pluralidade de visões acerca dessas dimensões e indicadores propostos, assim como, propriamente, acerca da operacionalização para aferição, de parte do Conselho, da qualidade dos Cursos, resta proposta de que o CAU/RS estabeleça o espaço e o tempo para essas condições, algo vislumbrado na forma de um Projeto Especial acerca da Qualidade de Ensino nos cursos do estado do RS, abarcando o seguinte:



- 4.2.1.** O desenvolvimento de um documento norteador, Marco Teórico contendo o detalhamento dos critérios e indicadores definidos a partir do trabalho da CTQE, no sentido de firmar o entendimento do CAU/RS quanto às necessidades para possibilitar a qualidade do ensino de arquitetura e urbanismo nos cursos ofertados pelas instituições de ensino do Rio Grande do Sul; este documento deverá ser aprovado pelo plenário;
- 4.2.2.** O desenvolvimento de um Projeto Piloto para aferição da qualidade do ensino de arquitetura e urbanismo nos cursos ofertados pelas instituições de ensino do Rio Grande do Sul, apresentando os resultados obtidos pelos participantes, nas dimensões de aferição, com a seguinte estrutura e metodologia:
- Definição das instituições de ensino do Rio Grande do Sul à serem convidadas, atentando à distribuição das mesmas em todas as regiões do Estado e com variedade institucional (públicas, privadas, etc);
 - Envio de convites às instituições de ensino;
 - Seleção dos cursos aptos à participação do projeto piloto;
 - Remissão de formulário aos cursos;
 - Avaliação *In Loco*;
 - Emissão de parecer para avaliadores;
 - Apresentação dos resultados e aprovação em plenária;
 - Cerimônia de aferição das condições de qualidade aos cursos participantes;
- 4.2.3.** Definição de Comissão de Avaliadores;
- 4.2.4.** Estabelecimento de Grupo de Trabalho Executivo para desenvolvimento dos itens 4.1.1 e 4.1.2 e acompanhamento das demais etapas do projeto especial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Temporária sobre Qualidade do Ensino desenvolveu um trabalho intenso e de expressiva importância durante os seus nove meses de vigência, passando por momentos de aproximações de referências de outros projetos relevantes, apropriações da matéria, conversas com especialistas, coleta de informações junto aos docentes, proposições relacionadas às dimensões e indicadores, bem como sugestões dos próximos passos como a criação de um projeto especial e de um grupo de trabalho executivo.

A conclusão que se chega, ao final dessa primeira etapa, é que o projeto em que o CAU/RS propõe-se a criar indicadores e critérios que possam aferir a qualidade do ensino dos cursos de ensino de arquitetura e urbanismo do estado, por ser inovador e pioneiro no âmbito do CAU, pode ser considerado de alta complexidade e de extrema responsabilidade, tendo em vista que deverá refletir a realidade destes cursos, compreendendo-se as nuances dos seus contextos regionais.

Compreende-se este como o princípio de um importante trabalho e que, então, naturalmente, carece de desenvolvimento para consolidação, e que após finalizado, mesmo em uma primeira etapa piloto, já contribuirá, significativamente, à melhoria da qualidade de ensino da arquitetura e urbanismo do Rio Grande do Sul.